

Manifestação de cinco mil pessoas contra a «independência branca»

LOURENÇO MARQUES — Uma multidão multirracial de mais de 5000 pessoas organizou, ontem à noite, um comício, em Lourenço Marques, de apoio ao golpe militar de Lisboa.

A multidão, reunida em frente do Palácio do Governo, cantou o Hino Nacional, antes de escutar um discurso feito pelo novo governador-geral interino de Moçambique, coronel David Ferreira.

Este disse a uma multidão entusiasmada que transmitiria o apoio à Junta de Salvação Nacional, em Lisboa, e agradeceu aos manifestantes o comportamento ordeiro.

Anteriormente, a multidão tinha-se reunido em frente do Museu de História Natural de Lourenço Marques, cantando canções proibidas pelo regime derrubado.

Os manifestantes transportaram cartazes criticando a D. G. S., agora extinta e denunciando a ideia de Moçambique poder vir a declarar-se unilateralmente independente de Portugal, devido ao golpe que instaurou a democracia no País.

Em alguns dos cartazes podia ler-se: «Não à Independência Unilateral», «Emancipação, Sim», «Viva Portugal Libertado e Viva Moçambique Libertado», e «A Vida é Mais Maravilhosa Sem a D. G. S.»

O comício foi organizado por estudantes, pelo pessoal da Universidade de Lourenço Marques, juntamente com um grupo de advogados da capital moçambicana.

Comunicado de estudantes

Um «apejo às lácias mais progressistas das Forças Armadas Portuguesas, para que sufocem quaisquer tentativas das forças reacionárias fascistas no sentido de uma declaração unilateral, de independência, do tipo rodesiano», é um dos dez pontos do comunicado, aprovado por maioria durante uma reunião de mais de 200 estudantes da Universidade de Lourenço Marques, que ontem foi massivamente distribuído à população da cidade.

O comunicado, que reconhece e adere às medidas tomadas pelo Movimento das Forças Armadas, exprime «a necessidade de uma resolução urgente dos graves problemas coloniais que Moçambique atravessa» e pede a adopção de medidas militares e diplomáticas com o objectivo de impedir a ingerência de países estrangeiros particularmente interessados naquele tipo de independência.

Os estudantes pedem também a «libertação imediata dos presos políticos, a aplicação da Convenção de Genebra aos guerrilheiros presos, a abolição das medidas de segurança administrativas, o saneamento dos quadros da Administração pública e a atribuição de responsabilidades pela gestão financeira de Moçambique aos governantes actuais».

Todos estes pontos funcionam como base de uma proposta de discussão para uma assembleia magna da Universidade a realizar brevemente.

No que respeita à Universidade de Lourenço Marques, serão apresentadas as seguintes propostas à assembleia magna:

«Desmobilização imediata dos elementos estudantis compulsivamente incorporados no Exército»; «demissão imediata do reitor-director de faculdades e demais quadros que estejam di-

rectamente comprometidos com o regime colonial fascista; abolição imediata de todas as medidas restritivas e repressivas dentro da Universidade; e arquivo definitivo de todos os processos disciplinares instaurados aos estudantes universitários pela reitoria e pelo Senado Universitário».

Entretanto, o Senado da Universidade de Lourenço Marques aprovou por unanimidade transmitir à Junta de Salvação Nacional as seguintes resoluções tomadas em reunião extraordinária:

«O Senado assegura à Junta de Salvação Nacional, como actual autoridade suprema do Estado, a sua colaboração no prosseguimento dos objectivos por ela definidos de promover o progresso e o bem-estar do povo português».

«As actuais autoridades académicas assegurarão o normal funcionamento da vida universitária, dentro dos princípios estabelecidos pela Junta de Salvação Nacional e no âmbito das finalidades próprias da Universidade, aguardando as decisões que a Junta ou o futuro Governo venham a tomar sobre o assunto».

«O Senado apela para todos os elementos da Universidade, no sentido de que mantenham a dignidade própria da instituição universitária e o respeito pelas normas cívicas que caracterizam o Movimento das Forças Armadas, bem como a superior actuação da Junta de Salvação Nacional».

O Gumo candidata-se

Outro indicio da liberalização da atmosfera no território foi a criação, durante o fim-de-semana, de um novo partido político denominado Gumo (Grupo para a Unificação de Moçambique), que defende a causa de maior autonomia para Moçambique no quadro das instituições políticas portuguesas.

Círculos bem informados declararam que aquele grupo multirracial, chefiado por homens e mulheres das progressões liberais, tinha solicitado ao anterior Governo do prof. Marcelo Caetano autorização para formar um partido em Setembro do ano passado, mas o seu pedido fora indeferido.

O Gumo tencionava candidatar-se à Assembleia Legislativa de Moçambique nas eleições que a Junta de Salvação Nacional prometeu realizar num futuro próximo. Os seus objectivos incluem também a obtenção de melhores oportunidades económicas para os moçambicanos negros e mestiços.

O programa do Gumo, ontem divulgado, é o seguinte: «Obtenção de uma autonomia política progressiva, dentro das instituições políticas vigentes no Espaço Português, atendendo as novas estruturas»;

«Essa autonomia progressiva deverá ser obtida pela participação de todos os moçambicanos, sem qualquer excepção, através de meios legais e diálogo permanente com os responsáveis»;

«Por conseguinte, o Gumo apresentará candidatos para as próximas eleições»;

«Gumo reconhece que este programa só poderá ser cumprido num clima de serenidade e disciplina»;

«Gumo reafirma os seus princípios: multirracismo, diálogo, respeito dos parâmetros legais legitimamente estabelecidos»;

«Gumo pretende servir os interesses de uma comunidade luso-moçambicana pela defesa e fortalecimento de laços históricos, culturais e económicos»;

«Gumo propõe-se lutar pela participação activa da comunidade negro-mestiça na estrutura económica moçambicana».

A Comissão Central é formada por Máximo Dias (presidente), Joana Simeão (vice-presidente), Cassiano Daude (responsável da classe operária), Jorge de Abreu (actividades económicas), Nuromahomed Ismael Saly (secretário da delegação da Beira), Cassiano Ratapi (delegado de Inhambane) e Lisele Xavier (delegada de Namputa).

Reestruturação da G. D. S.

O Governo-Geral de Moçambique divulgou, aos primeiros minutos de hoje, o seguinte comunicado:

«Em cumprimento das determinações da Junta de Salvação Nacional, foi encarregado de assumir, provisoriamente, a superintendência das actividades da D. G. S. em Moçambique o coronel de Cavalaria António Maria Rebelo.

«A referida superintendência será orientada por forma: a) fazer cessar imediatamente a actuação de carácter político, visando cidadãos ou organizações nacionais não relacionadas com a actual situação subversiva; b) reestruturar a D. G. S./Moçambique no sentido de a transformar numa polícia de informações militares; c) manter nos moldes actuais a segurança dos portos, aeroportos e fronteiras, admitindo, contudo a transferência desta responsabilidade para outras organizações policiais, existentes ou a criar, de acordo com determinações posteriores».

Levantado o estado de alerta

Entretanto, o Alto Comando Militar de Moçambique anunciou o apoio incondicional das Forças Armadas no território ao programa de reformas da Junta.

Uma mensagem semelhante foi enviada pelo governador-geral interino, coronel David Ferreira, que afirmou a sua confiança no patriotismo do povo pela construção de um futuro digno da Nação Portuguesa. O coronel David Ferreira apelou à população para que mantivesse o seu tradicional civismo e fim de que a ordem e a segurança possam ser salvaguardadas.

Uma companhia de paraquedistas encontra-se como reforço da guarnição militar de Lourenço Marques. A referida companhia embarcará, ainda esta semana, para o Norte. O estado de alerta, que vigorou em Lourenço Marques durante todo o fim-de-semana, foi, esta manhã levantado. — (L., ANI e R.).

Século
30/4/74